

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Uma biblioteca na província: a Livraria Pública de São João del Rei

Christianni Cardoso Morais **

Prof.^a do Departamento das Ciências da Educação da
Universidade Federal de São João del-Rei

Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves *

Prof.^a Aposentada da Escola de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo:

A Livraria Pública de São João del Rei, primeira biblioteca pública de Minas Gerais, foi inaugurada em 1827 por iniciativa do comerciante Baptista Caetano à frente de um grupo de homens letrados. Além do acervo inicial de seu fundador recebeu inúmeras doações no decorrer do tempo. Atualmente o acervo, totalmente catalogado e classificado, está sob a guarda da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). São 2771 títulos publicados entre os séculos XVI e o início do XX, com as informações armazenadas num banco de dados.

Palavras-chave: biblioteca pública, livros raros, leitura e leitores, São João del Rei

A História dos Livros em nosso país esteve por muito tempo restrita aos estudos feitos pelos bibliófilos. Ao que se sabe, o primeiro trabalho que se preocupou com a leitura no Brasil foi o de Eduardo FRIEIRO, *O diabo na livraria do cônego* (1981), publicado pela primeira vez em 1945, cuja proposta era pensar em termos regionais *o que se lia no século XVIII*

Seguindo FRIEIRO, Luiz Carlos VILLALTA retoma a documentação utilizada em *O diabo...*, propondo-se a “realizar uma breve radiografia da circulação dos livros, conjugando-a

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, coordenadora do projeto *Organização, catalogação e classificação das obras raras e antigas da Biblioteca Baptista Caetano d’Almeida*; coordenadora do Grupo de Estudos em História da Alfabetização, Leitura e Escrita (GEHALE/DECED/UFSJ) – tiannimorais@hotmail.com ou tianni@ufsj.edu.br

* PhD em Ciência da Informação pela Loughborough University of Technology, responsável pela orientação técnica do projeto *Organização, catalogação e classificação das obras raras e antigas da Biblioteca Baptista*

com uma análise das livrarias dos inconfidentes e de uma personagem da ordem: o bispo de Mariana, dom frei Domingos da Encarnação Pontével” (1996, p. 369). Ao comparar a composição dessas bibliotecas VILLALTA constata uma clara influência na escolha dos livros, que se pautava pelas ocupações profissionais de seus proprietários, o que não impedia que suas preferências pessoais se expressassem.

Marisa LAJOLO e Regina ZILBERMAN estudaram em *A leitura Rarefeita* (1991) a conformação de um público leitor e em que condições culturais foi criado o *campo* da Literatura Brasileira, constatando o quanto a leitura no Brasil, desde o período colonial até fins do XIX era “rarefeita”, uma vez que “precária” e apanágio de poucos. Em obra mais recente (1998), as autoras reconstruíram a história da formação do leitor no Brasil, descortinando tanto o universo do leitor representado nos romances quanto a formação do mercado de letras brasileiro nos oitocentos.

A maioria dos estudos historiográficos sobre livros e leitores do Brasil demanda um tratamento interdisciplinar e a utilização de variados tipos de fontes documentais. Partindo de uma abordagem histórica nosso trabalho tem como primeiro objetivo entender a criação de uma biblioteca, ou como era nomeada na época de sua inauguração (1827), a Livraria Pública em São João del-Rei, Minas Gerais. Dessa maneira, nosso trabalho se insere numa perspectiva de estudos que se referindo ao papel cultural e educativo das bibliotecas, privilegiando um recorte cronológico no qual a possibilidade de se manter contato com a cultura escrita era escassa.

Num período em que o sistema de ensino no Brasil era ainda incipiente, sendo o acesso aos aprendizados elementares de ler, escrever e contar extremamente seletivo e as taxas de *iletrismo* elevadíssimas - mesmo entre a população livre - as elites de início dos oitocentos, ansiosas por atingir graus mais elevados de “civilidade”, começaram a empreender alternativas para suprir suas necessidades de instrução. É nesse contexto que são fundadas, nos meios urbanos do Brasil, várias instituições que buscavam disseminar e ampliar as práticas de leitura e escrita, como as sociedades literárias e as bibliotecas. Dessa forma, partimos do seguinte pressuposto: uma sociedade com baixo número de escolas não é sinônimo de uma sociedade sem leitura e escrita.

Um segundo objetivo é reconstituir a tentativa de criação de uma sociedade de leitura ligada à Biblioteca, denominada Sociedade Phylopolytechnica. A partir do entendimento das iniciativas de constituição da Livraria Pública e da Sociedade Phylopolytechnica, acreditamos ser possível compreender as atribuições, os usos e a circulação do escrito na Vila de São João

del-Rei nas primeiras décadas do século XIX. À primeira vista, a tentativa de criação dessas instituições pode parecer uma excentricidade, mas esses projetos ganham sentido quando inseridos em seu contexto, num espaço urbano extremamente ativo como foi a Vila em questão. Na primeira metade do XIX, São João del-Rei era um dos principais centros de exportação dos produtos mineiros e exercia também “a importante função de redistribuição dos produtos trazidos do Rio de Janeiro” (1979, p. 90). Possuía uma situação geográfica privilegiada, já que cortada por várias estradas. Além de um entreposto comercial, a Vila era a “cabeça” da Comarca do Rio das Mortes. Quanto aos aspectos culturais, M.^a Augusta Amaral CAMPOS afirma que, a partir da instalação de sua primeira tipografia em 1827, “a Vila de São João del Rei assistiu à explosão da imprensa local”, tendo sido “publicados doze periódicos entre 1827 e 1844” (1998, p. 176).

As elites do período buscavam constantemente se diferenciar em relação ao que denominavam “povo miúdo” e adotavam várias medidas para que o “sonho da civilização” pudesse ser concretizado. É aí que aparecem *espaços de socialização* do ideário civilizatório oitocentista “onde cidadãos do sexo masculino se reuniam para discutir os problemas do seu tempo”¹. Na primeira metade do século XIX, essas instituições, tanto de cunho político, como cultural foram inauguradas em diversos locais do Império, inclusive na Vila de São João del-Rei que, “com toda a dinâmica urbana que tanto a caracterizou, foi sede de várias associações”, uma vez que possuía uma vida cultural bastante ativa, que buscava sobretudo referências na Corte (CAMPOS, 1998, p. 153).

Assim, apesar de a muitos parecer estranha a iniciativa de se inaugurar uma biblioteca no interior da Província de Minas, num período em que grande parte da população era *iletrada*, perceber-se que tal empreendimento não se tratava de uma excentricidade sem razão. Havia um grupo de homens “letrados” em torno de um projeto de “civilização” para a Vila estudada. Mais ainda, o momento histórico era propício para a abertura dessas associações, pois o baixo número de instituições de ensino e a busca por “escolaridade” vão demandar outros espaços de *letramento*².

Sabe-se que nos oitocentos surgem a imprensa e outras instituições que legitimam o campo da leitura. A primeira biblioteca pública do Brasil foi fundada em 1811, pelo Conde dos Arcos, na Bahia. A segunda em 1814, quando é permitido ao público o acesso às obras da Biblioteca Real, no Rio de Janeiro (MORAES, 1943). LAJOLO e ZILBERMAN afirmam ser

¹Sobre o conceito de *espaço de socialização de idéias* cf.: HABERMAS, 1984.

²A palavra *letramento* é, segundo SOARES (1995), sinônimo de *alfabetismo*. Em Portugal, utiliza-se o termo *literacia* e, na Inglaterra, *literacy*. Cf.: MAGALHÃES, 1999. p. 119-142 - atenção para a nota 1. Ou ainda: KLEIMAN, 1995.

comum, principalmente a partir de 1829, a abertura de diversas sociedades literárias e bibliotecas em várias localidades do Brasil (1991, p. 136-141). Nos oitocentos, a cidade do Rio de Janeiro era, segundo Tania M^a T. B. C. FERREIRA, o “centro urbano que mais dispunha de bibliotecas” públicas, sendo as “particulares (...) constituídas por um número relativamente pequeno” (1999, p. 59)³.

Além de se situar num espaço dinâmico, para que se entendam as iniciativas de ampliação dos usos da leitura e da escrita entre as elites de São João del-Rei, há que se considerar o contexto político da época. No período imediatamente posterior à Independência do Brasil, a extensão da instrução e a ampliação dos usos do escrito entre a população livre e de posse tinham em vista o desenvolvimento de normas e valores que eram identificadas como dos países europeus civilizados. Esse momento histórico é considerado aquele em que as elites do Brasil recusam progressivamente os valores lusitanos, buscando afirmar sua autonomia, fundar uma nova nação, constituir um sentimento de patriotismo - cenário que começa a se modificar a partir de 1831, com a abdicação de D. Pedro I (MATTOS, 1994). O acesso ao escrito era então compreendido como um dos aspectos centrais para o desenvolvimento de uma população civilizada, capaz de se submeter à ordem pública e ainda levar a nação brasileira a ingressar na corrida constante que culminaria com o “progresso”. Tendo em vista a necessidade de se constituírem um povo e uma nação civilizados, as elites brasileiras buscavam inspiração na França, tomando esse país como o modelo de civilização almejado. Daí o interesse pelos *espaços de sociabilidade*, pelo idioma, livros e autores franceses (VELLOSO; MADEIRA, 1999, p. 67).

A Livraria de São João del-Rei foi a primeira Biblioteca Pública da Província de Minas. Aos trinta de julho de 1824, segundo ano da Independência do Império do Brasil, Baptista Caetano d’Almeida escreve ao Presidente da Província de Minas Gerais, oferecendo-lhe “não só a minha pequena Livraria, como a Enciclopédia methodica, Diccionario das Artes e Agricultura, e alguãs outras interessantes obras, que reunidas completaraõ talvez oitocentos volumes, para principio de huã Livraria Publica desta Villa”. Esse rico comerciante dizia ser, desde os seus “primeiros anos muito amante da Literatura, e tendo por isso empregado alguns centos de mil réis em algumas obras políticas e históricas; e conhecendo o estado atual deste país, que é falto no todo de ilustração (...)”, oferecia seus livros no intuito de criar “um dos mais úteis Estabelecimentos para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria”⁴. Justifica que tomou essa iniciativa porquê, para acabar com a

³ Na dec. de 1870 a pesquisadora contabilizou mais de 12 Bibliotecas Públicas na capital do Império.

⁴ Sobre a idéia de *instrução*, há uma “tradução” no *Astro de Minas* na qual fica claro que esse conceito é tomado

“falta de ilustração” do país, uma alternativa deveria ser a de se abrir uma biblioteca, destacando o fato de até então “não ter havido quem movido de Patriotismo desse o primeiro impulso a hu estabelecimento taõ util, como necessario, qual o de uma Livraria Publica”, o que levaria ao “inteiro proveito do publico”. Ele se dispunha a doar seu acervo para que, após esse passo inicial, a instituição pudesse “chegar aaquelle necessario ponto em que se torne util aos habitadores deste terreno”. Pediu ao Presidente da Província um dos salões da “Casa do Conselho” para abrigar a Livraria, além da “entrada franca em Mathias Barboza de todas as obras que para a mesma forem importadas do Rio de Janeiro” e que se assinassem “Periódicos e Folhas Públicas” do país e do exterior, pois só dessa maneira os leitores poderiam acompanhar “a história do tempo manifestada diária ou mensalmente”⁵.

O seu oferecimento foi aceito, mas nenhum de seus pedidos atendidos. Sem desistir, Baptista Caetano inaugura, numa das Salas da Santa Casa da Misericórdia, às próprias custas, em 19 de agosto de 1827, a “Livraria Pública”. Foi ele quem pagou a “armação das estantes, prontificação da sala, e música do dia da Abertura”⁶. Teve ainda a iniciativa de criar o grupo de subscritores para que se pudesse manter a instituição, com uma “subscrição módica de cinco mil réis anuais”. Houve noventa assinantes que concorreram com “ações”, mas nem todos pagaram a quantia prometida e, logo no primeiro ano, praticamente todos desistiram da idéia. Baptista Caetano manteve a biblioteca até 1836, vindo a falecer em 1838. Pagava inclusive o bibliotecário.

A única obra citada por Baptista Caetano nos documentos em que oferece seu acervo foi a *Enciclopédia Metódica*. A inexistência de documentos da época que citem, nominalmente, a totalidade dos títulos dos livros que compunham o acervo original da biblioteca em estudo é um limite ao nosso estudo. Sabe-se que, além da doação inicial de Baptista Caetano, outros subscritores contribuíram com alguns volumes, conforme foi noticiada a doação feita pelo Sargento Mór Antonio Feslisberto da Costa no jornal *O Astro de Minas*: “o Atlas Historico, Chronologico, Geografico, e Genealogico de Le Sage, raro, e pouco lido no nosso Paiz; mas que sera hum dia apreciado segundo o seu merecimento, [que] vai para a Biblioteca Publica, sorte que terao outros meos Livros, persuadido, que serao

“no sentido mais amplo, [pois não só as escolas, mas] tudo o que faz pensar pode chamar-se *instrucção*” (N. 80, p. 4, 22/5/1828). A elite local mostra que o projeto de instrução da biblioteca não deve ser estendido a todos, cabendo a cada um instruir-se de acordo com sua posição social, pois “He preciso, que o lavrador conheça a Agricultura; o Jardineiro o Jardim; o Pastor os Rebanhos. So esta instrucção aproveita geralmente ao povo, porque so ella augmenta hum fundo de idéas convenientes à cada condição” (N. 81, p. 4, 24/5/1828).

⁵ Todas essas informações se encontram no ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (ACMSJDR), no Livro para Subscrição voluntaria a beneficio da mantença da Livraria Publica de São João d’El Rey (SUB 208 - 1824-1827).

⁶ ACMSJDR: Correspondência de Francisco de Assis e Almeida, a respeito dos dispêndios de Baptista Caetano

aproveitados, e nao serviraõ para embrulhar cominhos. Deos Guarde a pessoa de V. S. para continuar a marcha, que emprehendeo a bem de espalhar as Luzes, e a instrução publica”⁷.

O viajante Robert WALSH, durante sua estadia em São João del-Rei (1828) fez uma visita à Biblioteca. Afirma que o acervo era constituído de aproximadamente mil volumes e que se encontrava instalado em uma das salas da Câmara Municipal. Diz que o bibliotecário Francisco d’Assis Braziel era um “padre mulato, de aparência bastante curiosa - baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito (...) se assemelhava, sob todos os aspectos, a um tatu. Era, contudo, um homem de talento (...) falava um pouco de francês”. WALSH nos revela que a biblioteca ficava aberta das nove da manhã à uma da tarde e descreve seu ambiente, onde os livros ficavam “dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no centro”. Havia livros publicados em português, espanhol, francês e inglês. Escritas em francês estavam as obras de Voltaire, Rousseau, e Raynal, “juntamente com outras que aparecem na fase inicial da Revolução Francesa” e a *Enciclopédia Metódica*. Dentre os livros ingleses, cita *O Revolucionário Plutarco*, *Riqueza das Nações* de Smith, *Geografia* de Pinkenton, *O Paraíso Perdido*, *Viagem Sentimental* e *Trials for Adultery*, além dos periódicos *Chronicle* e *Times*. Diz ainda que todos os periódicos publicados no Brasil “são recebidos ali e colocados na sala de leitura” (1985, P. 77-78).

O documento que traz as informações mais precisas a respeito do acervo inicial da livraria, doado por Baptista Caetano, é uma correspondência, elaborada por seu irmão Francisco de Assis e Almeida (1845), no intuito de prestar informações à Câmara Municipal da Vila acerca dos gastos de seu irmão com a Livraria. Segundo Francisco, Baptista Caetano gastou 100\$920 réis com livros comprados à João Pedro da Veiga, 10\$880 com obras da testamentaria do Vigário Joaquim Marianno e, da testamentaria de Lemos, foram comprados 493\$260 de livros. Faz referência também aos prováveis fornecedores de livros de Baptista Caetano, quando menciona os “Livros comprados à Ogier: 80\$000” ou ainda “ditos comprados à Cogê, compreendendo 123 volumes”. De acordo com o referido documento, através do fornecedor Cogê foram adquiridas as *Obras completas* dos seguintes autores: Condillac, Mably, Raynal, Helvetius, Diderot e Buffon. Também as *obras de Napoleão*, os *Ensaio de Montaigne*, livros de história francesa, como *Fastos da Nação Franceza* e *Historia da França*, sem se referir a seus autores. Um *Diccionario historico dos Cultos*, as *Memórias de Las Casas*, e outros livros que não conseguimos identificar de que se trata, pois a relação faz uma referência muito vaga a seus títulos. A correspondência cita mais alguns

com a Livraria Pública de São João del-Rei – 1845 (documento avulso).

⁷ *O Astro de Minas*, SJDR, n. 16, p. 4, 25/12/1827.

livros comprados por Baptista Caetano, como os 44 volumes de *Voltaire, obras completas*, que custaram 40\$000. Com as *Obras completas* de Benjamim Constant, Bentham, De Pradt, Say e Bonin, que juntando-se a outros volumes, como *Curso de Litteratura de La Harpe, Martyres, Hyssope (sic), Jury Criminal, Diccionario Francez, Millot, Historia Universal, Spectaculo da Natureza, Fabulas de La Fontaine, Encyclopedia methodica Franceza* e um *Diccionario Historico* teriam sido consumidos 348\$000. Por fim, temos a *Biographia dos contemporaneos* e *Choix de rapports* nos quais foram gastos, respectivamente, 42\$000 e 50\$000. Foram comprados ainda “seis caixões de *Livros dos trabalhos da Assemblêa nacional Franceza*”, por 24\$000, dois volumes dos *Diarios da Assemblêa Constituinte* (12\$120), alguns *Diarios da Camara dos Deputados em 1826* (20\$000), *ditos em 1827* avaliados em 15\$000 e *Ditos ditos dos Senadores* pela importância de 6\$000. Mesmo não tendo conseguido identificar todos os livros que compunham o acervo original da Biblioteca, percebe-se, ao observar os títulos e autores mais presentes, que era visível o interesse do “benemérito” comerciante por autores iluministas e assuntos ligados à França.

Com relação ao processo de criação da Livraria Pública de São João del-Rei, pode-se dizer que esse não transcorreu de maneira harmoniosa. Estratégias de negociação foram utilizadas por seu iniciador, na tentativa de conseguir apoio do Estado e da Câmara para seu projeto cultural. Apesar do Estado permitir a inauguração da Biblioteca, não apoiou, em momento algum, os pedidos feitos para manter e aumentar seu acervo. Dessa forma, além das subscrições, pensou-se em criar uma sociedade de leitura⁸, que possuía, dentre outros objetivos, o de proteger e aumentar o *corpus* da Biblioteca. As informações acerca dessa sociedade se encontram nos *Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica emprehendida em a Villa de São João D’El Rei*⁹, apresentados em 1827 pelo então diretor da Livraria Pública, Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Os Estatutos afirmam que os componentes da sociedade seriam os subscritores, mas quaisquer interessados em ciências, letras e artes poderiam ser admitidos, desde que indicados pelos sócios efetivos e aceitos em votação secreta.

Sua constituição e trabalhos seriam divididos por três corpos, ou institutos. O primeiro se chamaria *Gymnasio Literario*, onde os sócios se reuniriam para debater todos os assuntos do conhecimento humano, desde que de interesse comum, ligados à ciência, letras ou artes. O segundo, o *Gabinete de Estudos*, teria um objetivo educativo mais amplo, pois seus membros

⁸ Sobre o surgimento dos Gabinetes de Leitura, cf.: MARTINS, 1990, p. 21-25.

⁹ Sobre a importância dos estatutos de bibliotecas e sociedades literárias como fontes para o mapeamento do universo do livro e dos leitores, ver: AUGUSTI, 1998.

se dedicariam à leitura dos periódicos e recolhimento de informações para posterior redação de um extrato mensal. Esses extratos deveriam passar por uma comissão de censura, sendo escritos em linguagem mais acessível ao público em geral. Seu objetivo principal era o de informar a população acerca de novidades e descobertas científicas ocorridas na Europa. As rendas obtidas com sua venda destinavam-se à compra de novos materiais de leitura para a Biblioteca. O último corpo da Sociedade Literária era a *Diretoria*, responsável por sua administração.

Essa Sociedade não conseguiu permissão oficial para ser inaugurada. Ao vetar o projeto, o parecerista Visconde de Cayru se justificou em correspondência datada de cinco de março de 1828: “ainda que sejam úteis as sociedades puramente Litterarias, que se pode esperar de hum Estalebecimento excentrico e sem base?”¹⁰. Essa indagação acerca da Sociedade justifica-se, segundo o Visconde, pelo fato de que, uma vez declarando-se livre essa sociedade, com “liberdade de pensamento e *expressão*, em *todos os assumptos de conhecimentos humanos*” pode “implicar com a Religião e Politica”. Além disso, os Estatutos permitiam que qualquer pessoa “cultu”, de qualquer lugar pudesse ingressar na sociedade e, segundo Cayru, “esta clausula (...) pode ser perigosa, por dar facilidade à correspondencias sinistras com Estrangeiros”. Preocupações e suspeitas semelhantes já haviam recaído sobre as sociedades literárias de final dos setecentos, sendo várias delas extintas pois, de acordo com WITTMANN, mesmo “tendo assumido um papel importante tanto para a formação política quanto para a cultura leitora dessa elite (...), tais círculos autônomos pareciam suspeitos à autoridade, [sendo] particularmente desconfiados da leitura organizada (...) os territórios católicos” (1999, p. 160). Outro motivo que impediu a criação oficial dessa sociedade de homens das letras em São João foi o fato dela estar “tão remota da Corte, e sem Inspeção de Authoridade”. O fato de se pretender o estabelecimento de uma política de leitura coletiva também incomodava, já que o principal ganho dos participantes dos trabalhos da Sociedade seria, de acordo com os Estatutos, o fato de se “aprender o methodo industrioso de ler com analyse”. Não é dada a informação exata do que seria esse método, mas fica claro nos Estatutos que essa leitura é uma leitura intensiva, que busca os variados aspectos dos textos, confrontando as idéias neles contidas. Talvez ainda esse “methodo” seria um dentre aqueles que WITTMAN adjetiva “métodos de leitura do Iluminismo”, que têm como objetivo servir a

¹⁰Parecer do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica empreendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano IV, BH, 1899. p. 838 e 839.

uma causa, que “amaldiçoavam essa leitura de entretenimento socialmente inútil” (1999, p. 151).

Ao longo de sua existência, o acervo de obras raras e antigas da Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida foi sendo acrescido, mas as doações feitas não foram registradas.

Em 1915 a biblioteca passou a funcionar no atual prédio da Prefeitura Municipal da cidade, tendo recebido o nome de seu fundador - Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida - em 1916. Na década de 1970 foi novamente transferida de local, ficando num prédio na Rua da Prata, onde atualmente funciona como Biblioteca Municipal, que atende principalmente aos alunos das escolas de Ensino Fundamental e Médio da cidade.

Atualmente o acervo de livros publicados entre os séculos XVI e início do XX se encontra sob a guarda da Universidade de São João del-Rei (UFSJ) – em regime de comodato - tendo sido transferido para uma das salas da Biblioteca do *Campus* Santo Antônio no ano de 1999.

A Biblioteca nunca havia passado por um trabalho de catalogação completo. Na década de 1980, as Prof^{as} Marysia Malheiros Fiuza e Sônia de Conti Gomes, sob a supervisão da Professora Lucy Gonçalves Fontes, elaboraram um catálogo das obras publicadas entre os séculos XVI a XVIII (1992). Foi feita ainda, uma listagem dos livros publicados no século XIX, a qual não chegou a ser conferida e, portanto, não foi editada.

Após a referida transferência, os trabalhos de organização e catalogação foram retomados em maio de 2001 sob a orientação da Professora Dr. Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves¹¹. Ao mesmo tempo vem sendo realizado um trabalho de conservação e higienização dos volumes.

Todas as obras foram catalogadas e classificadas. Seguindo as normas de catalogação de obras raras estipuladas pela Fundação Biblioteca Nacional (2000), a primeira providência tomada com relação aos livros publicados entre os séculos XVI e XVIII foi ordená-los cronologicamente nas estantes. O *Catálogo dos livros raros e antigos da Biblioteca Pública Baptista Caetano* (1992) serviu como base para uma nova catalogação, na qual foram feitas correções e acréscimos de dados. As normas de catalogação determinam que seja transcritas integralmente as páginas de rosto das obras. O primeiro passo para a indexação das obras publicadas no século XIX foi a separação entre estas e as publicadas no século XX essas últimas compõem a *Coleção Brasileira* (220 volumes). Tanto os livros do XIX quanto os do XX foram postos em ordem alfabética pelo sobrenome dos autores ou, quando da ausência

¹¹ Projeto financiado pela *Fundação Vitae*.

destes, fez-se a entrada pela primeira letra do título da obra (excetuando-se os artigos), de acordo com as normas do *Código de Calalogação Anglo-Americano* (1983).

Todas as obras foram classificadas tendo como referência a *Classificação Decimal Universal (CDU)* utilizando-se a *Edição Média em Língua Portuguesa* de 1987 e, após o número de classificação, lhes foi dado um cabeçalho de assunto em português. O acervo possui 1.224 volumes publicados entre os séculos XVI e XVIII, perfazendo o número de 409 títulos ou entradas (esses números indicaram um acréscimo de 78 títulos ao catálogo publicado em 1992); 4.845 volumes publicados no século XIX, ou seja, 2173 títulos; 189 obras do século XX e 34 obras sem datas precisas. Havia muitas obras sem folha de rosto, em fragmentos ou com dados incompletos. Através de consulta às grandes bibliotecas do mundo pela *Internet* foram pesquisados 116 títulos e estabelecida identificação para 84 desses.

Destaque-se que, nesse acervo, entre os livros impressos no século XIX, cerca de 270 o foram no Brasil. Desses, 251 no Rio de Janeiro e o restante em Ouro Preto, Recife, São Paulo, Porto Alegre, São João del Rei e Belo Horizonte. Merecem especial referência as obras publicadas na Imprensa Régia, 18 ao todo. As mais antigas são datadas de 1810, e, a maioria, parte do acervo do inconfidente José de Rezende Costa (filho) doado à biblioteca Baptista Caetano. São elas:

Pope, Alexander. Ensaio sobre a crítica.

Haüy, René. Tratado elementar de Physica.

Lisboa, José da Silva. Observações sobre a franqueza da indústria e o estabelecimento de fábricas no Brazil.

Lisboa, José da Silva. Refutação das reclamações contra o commercio inglez, extrahida de escriptores eminentes.

Tratado de amizade, e alliança entre os muito altos, e muito poderosos senhores o Principe Regente de Portugal, e Elrey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assinado no Rio de Janeiro pelos plenipotenciarios de huma e outra corte em 19 de fevereiro de 1810 e ratificado por ambas.

Tratado de commercio e navegação entre os muito altos, e muito poderosos senhores o Principe Regente de Portugal, e Elrey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assinado no Rio de Janeiro pelos plenipotenciarios de huma e outra corte em 19 de fevereiro de 1810 e ratificado por ambas.

Convenção entre os muito altos, e muito poderosos senhores o Principe Regente de Portugal, e Elrey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda sobre o

estabelecimento dos paquetes, assinado no Rio de Janeiro pelos plenipotenciarios de huma e outra corte em 19 de fevereiro de 1810 e ratificado por ambas.

A maior parte das obras impressas no Brasil, pertencentes ao acervo dessa Biblioteca são livros sobre direito e legislação, geralmente publicados por Garnier e Laemmert. Há ainda alguns livros de medicina (especialmente doenças tropicais), uns poucos de literatura francesa, portuguesa e brasileira, alguns dicionários, livros religiosos etc.

Como curiosidade mencione-se um livro psicografado: “Jesus perante a cristandade”, “impresso na typographia d’A verdade”.

As fichas das obras catalogadas constituem um banco de dados, elaborado com a utilização do *software Microsoft Access*. Essas fichas contém os dados principais das obras, como o sobrenome e nome do autor, o título, datas limites, local e editora da publicação, números de páginas ou volumes, descrição física do livro (seu tamanho, se é ilustrado ou ornamentado, se possui mapas ou tabelas em encarte etc.), observações (quantos exemplares ou volumes da obra a biblioteca possui, se há *ex libris*, se faltam páginas, se foi feita alguma pesquisa em repertórios especializados ou consulta a outras biblioteca pela *Internet*, etc.).

Em breve os bancos de dados e algumas imagens digitais de partes das obras raras e antigas estarão disponíveis em CD-ROM e na *Internet*, a partir de um projeto integrado de vários departamentos da UFSJ (DELAC, DECIS, DECED) e financiado pela FAPEMIG, cujo título é *Acesso virtual a acervos históricos e documentais de São João del-Rei*.

FONTES PRIMÁRIAS (IMPRESSAS E MANUSCRITAS)

O Astro de Minas, SJDR, n. 16, 25/12/1827; n. 80, 22/5/1828; n. 81, 24/5/1828.

Correspondência de Francisco de Assis e Almeida, a respeito dos dispêndios de Baptista Caetano com a Livraria Pública de São João del Rei – 1845 (documento avulso/ACMSJDR)

Livro para Subscrição voluntaria a beneficio da mantença da Livraria Publica de São João d’El Rey - (SUB 208: 1824-1827/ACMSJDR).

Parecer do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica emprehendida em a Villa de São João D’El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano IV, BH, 1899.

Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica emprehendida em a Villa de São João D’El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano IV, BH: 1899.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. (vol. II).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTI, Valéria. Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. *Leitura, teoria & prática*, Campinas, n. 32, p. 12- 20, dez/1998.

CAMPOS, M^a Augusta A. *A marcha da civilização - as Vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Dissertação (Mestrado). BH, FAFICH/UFMG, 1998.

CDU: *Classificação Decimal Universal. Edição Média em Língua Portuguesa*. 2ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1987.

Código de Catalogação Anglo-Americano. SP: FEBAB, 1983.

FERREIRA, Tania Ma. T. B. da C. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Ma. Emília (org.). *O Estado como vocação*. RJ: ACCESS, 1999.

FONTES, Lucy Gonçalves; FIUZA, Marysia Malheiros; GOMES, Sônia de Conti. Catálogo dos livros raros e antigos da Biblioteca Pública Baptista Caetano fundada em 1827 – São João del-Rei, Minas Gerais. S/L : Central Globo de Televisão, 1992.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2 ed. SP: Itatiaia, 1981.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

KLEIMAN, Angela B. O que é letramento. In: _____. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. SP: Ática, 1998.

_____. *A leitura rarefeita*. SP: Brasiliense, 1991.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. SP: Símbolo, 1979.

MAGALHÃES, Justino. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antônio A. G.; GALVÃO, Ana Maria de O. (orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. BH: Autêntica, 1999.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido. (1847-1890)*. Dissertação (Mestrado). USP, 1990.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. RJ: ACCESS, 1994.

Metodologia para inventário de acervo antigo. RJ: Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura/Departamento de Referência e Difusão Coordenadoria de Acervo Especializado Divisão de Obras Raras/Planor, 2000.

MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. RJ: CEB, 1943.

SOARES, Magda B. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, SP, n. 0, p. 05-16, set/out/nov/dez 1995.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras*. SP: Paz e Terra, 1999.

VILLALTA, Luiz C. O Diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Aduino (org.). *Tempo e história*. SP: Schwarcz, 1996.

WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CHARTIER, R.; CAVALLO, Guglielmo (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. SP: Ática, 1999. (vol. 2).